



XVIII ENANPUR
NATAL 2019
27 a 31 maio

CONTRIBUIÇÕES DAS REPRESENTAÇÕES SOCIAIS: A MANUTENÇÃO DA COMUNIDADE TRADICIONAL QUILOMBOLA DE SANTO ANTÔNIO DO GUAPORÉ

Autores:

Carla Janaína Mendonça de Melo - Faculdade Porto/FGV - carlajanainamend@gmail.com

Moacir José dos Santos - UNITAU - professormoacirsantos@gmail.com

Marilsa de Sá Rodrigues - UNITAU - marilsasarodrigues@outlook.com

Resumo:

O presente artigo traz como tema as contribuições das representações sociais para a manutenção da comunidade tradicional quilombola de Santo Antônio do Guaporé, considerando a relevância dessa temática para a o contexto histórico, social e cultural no Estado de Rondônia. O objetivo do estudo é apontar os elementos de representação social para manutenção da comunidade tradicional quilombola de Santo Antônio do Guaporé. A metodologia adota para este estudo foi exploratória-documental. Os resultados obtidos frente à metodologia aplicada permitem afirmar que a comunidade de Santo Antônio do Guaporé preserva sua territorialidade, etnicidade, cultura e representações, mas permanece limitada a geração de renda, restringindo-se a produção de farinha, em função de fazer parte da Reserva Biológica do Guaporé (REBIO GUAPORÉ) e as implicações técnicas restritivas.

CONTRIBUIÇÕES DAS REPRESENTAÇÕES SOCIAIS: A MANUTENÇÃO DA COMUNIDADE TRADICIONAL QUILOMBOLA DE SANTO ANTÔNIO DO GUAPORÉ

RESUMO

O presente artigo traz como tema as contribuições das representações sociais para a manutenção da comunidade tradicional quilombola de Santo Antônio do Guaporé, considerando a relevância dessa temática para o contexto histórico, social e cultural no Estado de Rondônia. O objetivo do estudo é apontar os elementos de representação social para manutenção da comunidade tradicional quilombola de Santo Antônio do Guaporé. A metodologia adota para este estudo foi exploratória-documental. Os resultados obtidos frente à metodologia aplicada permitem afirmar que a comunidade de Santo Antônio do Guaporé preserva sua territorialidade, etnicidade, cultura e representações, mas permanece limitada a geração de renda, restringindo-se a produção de farinha, em função de fazer parte da Reserva Biológica do Guaporé (REBIO GUAPORÉ) e as implicações técnicas restritivas.

PALAVRAS-CHAVE: Comunidade Tradicional. Territorialidade. Representação Social. Identidade. Rebio Guaporé.

ABSTRACT

This article brings as a theme the contributions of social representations to the maintenance of the traditional quilombola community of Santo Antônio do Guaporé, considering the relevance of this theme to the historical, social and cultural context in the State of Rondônia. The objective of the study is to point out the elements of social representation for the maintenance of the traditional quilombola community of Santo Antônio do Guaporé. The methodology adopted for this study was exploratory-documentary. The results obtained from the applied methodology were that the community of Santo Antônio do Guaporé preserves its territoriality, ethnicity, culture and representations, but income generation is limited, resulting in the production of flour, due to being part of the Guaporé Biological Reserve (REBIO GUAPORÉ) and the restrictive technical implications.

KEYWORDS: Traditional Community. Territoriality. Social Representation. Identity. Rebio Guaporé.

INTRODUÇÃO

O presente artigo traz como tema as contribuições das representações sociais para a manutenção da comunidade tradicional quilombola de Santo Antônio do Guaporé, considerando a relevância dessa temática para o contexto histórico, social e cultural no Estado de Rondônia. O governo federal editou o Decreto n. 6040 de 07 de fevereiro de 2007 que instituiu a Política Nacional de Desenvolvimento Sustentável dos Povos e Comunidades Tradicionais. Anterior a essa medida, o governo federal editou o Decreto n. 4.887 de 20 de novembro de 2003, que regulamenta o procedimento para identificação, reconhecimento, delimitação, demarcação e titulação das terras ocupadas por remanescentes das comunidades dos quilombos de que trata o Art. 68 do Ato das Disposições Constitucionais Transitória.

Segundo Teixeira et al. (2008, p.29) a comunidade remanescente quilombola de Santo Antônio do Guaporé, “foi constituída a partir de um grupo quilombola de escravos que trabalhavam na construção do Real Forte Príncipe da Beira, a partir de 1783”. As comunidades remanescentes de quilombos têm na territorialidade o elemento fundamental de sua sobrevivência e organização, enquanto um povo tradicional e com modo de vida diferenciado.

A investigação tem o objetivo de apontar os elementos de representação social para manutenção da comunidade tradicional quilombola de Santo Antônio do Guaporé, utilizou-se como fonte de pesquisa o Relatório Técnico de Identificação, Delimitação e Reconhecimento do Território Quilombola de Santo Antônio do Guaporé, elaborado pela Superintendência Regional de Rondônia (SR-17) do Instituto Nacional de Colonização e Reforma Agrária (INCRA), emitido em 06 de junho de 2008.

O artigo está estruturado inicialmente pelo marco teórico, que aborda os conceitos de comunidades tradicionais e territorialidade e, em seguida, o contexto de representações sociais, em que se destacou autores como: Diegues (2001), Durkheim (1898), Moscovici (1978); Jodelet (1984) e Spik (1993). Na sequência, se apresenta a caracterização da comunidade quilombola de Santo Antônio do Guaporé, para descrever sua cultura ribeirinha, o convívio social e lazer, a solidariedade e religiosidade comunitária, os festejos religiosos e a agricultura. Em seguida, discute-se a abordagem metodológica para descrever a pesquisa exploratória-documental. Por fim, serão apresentados os resultados obtidos e as considerações finais.

1. COMUNIDADES TRADICIONAIS E TERRITORIALIDADE

As comunidades tradicionais são estruturas culturais diferenciadas de outras formas de organização social. Possuem modo singular de viver e interagir com o ambiente natural onde estão inseridos, visto que estabelecem uma relação de interdependência com o espaço, a natureza, as pessoas e sobretudo o manejo de sistemas sustentáveis para sua sobrevivência. Segundo o Decreto n. 6.040 de 7 de fevereiro de 2007, que instituiu a Política Nacional de Desenvolvimento Sustentável dos Povos e Comunidades Tradicionais, se caracteriza povos e comunidades tradicionais como:

“grupos culturalmente diferenciados e que se reconhecem como tais, que possuem formas próprias de organização social, que ocupam e usam territórios e recursos naturais como condição para sua reprodução cultural, social, religiosa, ancestral e econômica, utilizando conhecimentos, inovações e práticas gerados e transmitidos pela tradição.” (BRASIL, 2007).

No documento oficial intitulado Nosso Futuro Comum, da Comissão da Organização para as Nações Unidas para o Desenvolvimento e o Meio Ambiente, caracteriza os povos tradicionais como:

“ [...] às minorias culturalmente distintas da maioria da população que estão quase que inteiramente fora da economia de mercado. Uma interpretação mais ampla é necessária para incorporar sociedades minoritárias que têm as características dos grupos tradicionais — incluindo um corpo de conhecimento tradicional do ambiente e seus recursos e que ainda não estão intimamente ligados à economia de mercado.” (ONU, 1996 apud DIEGUES, 2001, p. 100).

Destarte, trata-se da “abrangência toda da cultura de uma comunidade que está localizada em um lugar específico e repleto de simbologias, um local único para sua reprodução”. (BUCO; ZADRA; VANDRESEN, 2013, p. 5). Nesse sentido Shiraishi, 2009 estabelece diferenciação entre terra e território, considerando que:

“Enquanto “terra” remete ao recurso natura, seja hídrico, florestal, de solo ou subsolo, “território” incorpora representações simbólicas que abarcam uma identidade sócio cultural. Se encarado a partir da etnicidade, território é entendido como a base sócio espacial que, tradicionalmente, pertence ao grupo étnico e com a qual os membros do referido grupo, mantém laços de pertença e

a partir dela se expressam cultural e socialmente.” (SHIRAISHI, 2009, p. 154 apud BUCO; ZADRA; VANDRESEN, 2013, p. 5).

As comunidades tradicionais desenvolvem métodos e técnica específicos de manejo dos recursos naturais, que não objetivam apenas o lucro, mas sobretudo, “a reprodução cultural e social, além de percepções e representações em relação ao mundo natural, marcadas pela ideia de associação com a natureza e a dependência de seus ciclos”. (GRZEBIELUKA, 2012, p. 118). Nesse sentido a Política Nacional de Desenvolvimento Sustentável dos Povos e Comunidades Tradicionais, definiu no Artigo 3º inciso II a caracterização de territórios tradicionais:

“Territórios Tradicionais: os espaços necessários a reprodução cultural, social e econômica dos povos e comunidades tradicionais, sejam eles utilizados de forma permanente ou temporária, observado, no que diz respeito aos povos indígenas e quilombolas, respectivamente, o que dispõem os Arts. 231 da Constituição e 68 do Ato das Disposições Constitucionais Transitórias e demais regulamentações.” (BRASIL, 2007).

Portanto, a definição de território tradicional vai muito além de uma necessidade de discurso evasivo, trata-se de “reconhecimento da bagagem histórica de etnoconhecimento transferido ao longo de gerações, não apenas para garantir o direito histórico e respectivo território, mas sobretudo como exemplo à cultura urbano-industrial, para redefinição de suas relações com natureza”. (DIEGUES, 2001, p. 72). Portanto, “o território é construído a partir de elementos identitários, conforme as territorialidades específicas formadas por cada grupo” (BUCO; ZADRA; VANDRESEN, 2013, p. 6). Para Diegues (2004), são características das comunidades tradicionais:

- “Dependência da relação de simbiose entre a natureza, os ciclos e os recursos naturais renováveis com os quais se constrói um modo de vida;
- Conhecimento aprofundado da natureza e de seus ciclos, que se reflete na elaboração de estratégias de uso e de manejo dos recursos naturais. Esse conhecimento é transferido de geração para geração por via oral;
- Noção de território ou espaço onde o grupo social se reproduz econômica e socialmente;
- Moradia e ocupação do território por várias gerações, ainda que alguns membros individuais possam ter-se deslocado para os centros urbanos e voltado para a terra de seus antepassados;

- Importância das atividades de subsistência, ainda que a produção de mercadorias possa estar mais ou menos desenvolvida, o que implica uma relação com o mercado;
- Reduzida acumulação de capital;
- Importância dada à unidade familiar, doméstica ou comunal e às relações de parentesco ou compadrio para o exercício das atividades econômicas, sociais e culturais;
- Importância das simbologias, mitos e rituais associados à caça, pesca e atividades extrativistas;
- A tecnologia utilizada, que é relativamente simples, de impacto limitado sobre o meio ambiente. Há uma reduzida divisão técnica e social do trabalho, sobressaindo o artesanal, cujo produtor (e sua família) domina todo o processo de trabalho até o produto final;
- Fraco poder político, que em geral reside com os grupos de poder dos centros urbanos;
- Autoidentificação ou identificação pelos outros de se pertencer a uma cultura distinta de outras.” (DIEGUES, 2004, p. 87-88 apud GRZEBIELUKA, 2012, p. 122).

Desta forma, as comunidades tradicionais “são compostas por várias identidades coletivas, assumidas a partir do autoconhecimento, sendo que cada povo ou comunidade possui seu território específico de acordo com espacialidades e culturas diferenciadas”. (BUCO, ZADRA, VANDRESEN, 2013, p. 8). Diegues (2004) descreve diferenças entre estruturas de saber que influenciam no cotidiano das comunidades tradicionais:

“Configura-se, nesse caso, o confronto de dois saberes: o tradicional e o científico-moderno. De um lado, está o saber acumulado das populações tradicionais sobre os ciclos naturais, a reprodução e a migração da fauna, a influência da lua nas atividades de corte e madeira, da pesca, sobre os sistemas de manejo dos recursos naturais, as proibições do exercício de atividades em certas áreas ou períodos do ano, tendo em vista a preservação das espécies. De outro lado, está o conhecimento científico, oriundo das ciências exatas que não apenas desconhece, mas despreza o conhecimento tradicionalmente acumulado.” (DIEGUES, 2004, p. 60 apud GRZEBIELUKA, 2012, p. 122).

Portanto o conhecimento tradicional é mantido e sedimentado entre seus membros pela prática cotidiana, transferida ao longo do tempo de geração em geração. As comunidades tradicionais lutam reiteradamente pela sua visibilidade, bem como o reconhecimento jurídico de suas terras, bem como “pelo uso de recursos naturais de forma sustentável, pela reprodução de suas culturas, religiosidades,

seus ritos e símbolos e, sobretudo, a preservação de suas identidades e reconhecimento.” (BUCCO, ZADRA, VANDRESEN, 2013, p. 8).

2. REPRESENTAÇÕES SOCIAIS

Na seção anterior, discutiu-se questões de cultura, territorialidade, ambiente e conhecimento em comunidades tradicionais. Aqui, pretende-se expandir a perspectiva de contribuições das representações sociais para essas comunidades tradicionais, como elemento de representações simbólicas de identidade sociocultural que as une e representam. Nesse sentido, compreender a dinâmica das representações sociais e seus mecanismos constituintes, “para indicar não apenas a relação que os grupos e indivíduos estabelecem com os demais e com o seu ambiente, mas também orientar a ação deles por meio de um código que permita nomear, classificar, de forma precisa, os diferentes aspectos da vida cotidiana”. (BÔAS, 2013, p.390).

O conceito de representação coletiva tem origem na sociologia dos estudos de Durkheim (1898). O autor afirma que “fenômenos coletivos não podem ser explicados em termos de indivíduo, pois ele não pode inventar uma língua ou uma religião. Esses fenômenos são produto de uma comunidade, ou de um povo” (ALEXANDRE, 2004, p. 123). Para Moscovici (1978) o conceito de representação social tem origem na sociologia e na antropologia de Durkheim e Lévi-Bruhl. Moscovici não se propunha a distinguir conceitos como coletivos ou sociais. Serge Moscovici afirmou “não espere que eu jamais seja capaz de explicar a diferença entre coletivo e social”. (DOS SANTOS, 2011, p. 7). Ele se propôs a “entender o conhecimento popular, como representações sociais criadas pelos indivíduos ou pela coletividade” (FAGUNDES, 2009, p. 130). Moscovici (1978) descreve o processo de representação social como

“(…) a gama de todas as formas de conhecimento, ligado a imagens, conceitos, categorias e teorias, elaborados por indivíduos que pensam a partir do senso comum, “não sozinhos”, embutidos em processos de comunicação no cotidiano das relações sociais. Estes conhecimentos não se reduzem apenas aos elementos cognitivos, mas que, compartilhados, contribuem para a construção de uma realidade comum. Assim, as Representações Sociais constituem-se em um fenômeno social que têm de ser entendido a partir do seu contexto de produção, do interagir, isto é, a partir das funções simbólicas e ideológicas a que servem e das formas de comunicação onde circulam.” (MOSCOVICI, 1978 apud FAGUNDES, 2009, p. 132).

Nessa questão, Moscovici (1978) diverge de Durkheim (1898). Para ele a representação social “não é apenas uma herança coletiva dos antepassados que é transmitida de maneira determinística e estática. O indivíduo tem papel ativo, autônomo no processo de construção da sociedade, da mesma forma que é criado por ela. Ele também tem participação na sua construção”. (MOSCOVICI, 1978, apud ALEXANDRE, 2004, p. 131). Para Forgas (1981) o conhecimento é profundamente social, afirmando que “nosso conhecimento é socialmente estruturado e transmitido desde o primeiro dia de nossas vidas, é colorido por valores, motivações e normas de nosso ambiente social”. (ALEXANDRE, 2004, p. 126). Para Jodelet (1984), as representações sociais são:

“(...) modalidades de conhecimento prático orientadas para a comunicação e para compreensão do contexto social, material e ideológico em que vivemos. São formas de conhecimento que se manifestam como elementos cognitivos (imagens, conceitos, categorias, teorias), mas que não se reduzem apenas aos conhecimentos cognitivos. Sendo socialmente elaboradas e compartilhadas, contribuem para a construção de uma realidade comum, possibilitando a comunicação entre os indivíduos. Dessa maneira, as representações sociais são fenômenos sociais que têm de ser entendidos a partir do seu contexto de produção, isto é, a partir das funções simbólicas e ideológicas a que servem e das formas de comunicação que circulam”. (ALEXANDRE, 2004, p. 131).

Observa-se, portanto, que o conhecimento repassado de geração em geração nas comunidades tradicionais, permeia as três teorias, conferindo-lhes identidade e representação social, por meio de fenômenos coletivos. Para Jodelet (1990) a representação social tem cinco características fundamentais:

- “a) é sempre representação de um objeto;
- b) tem sempre caráter imagético e a propriedade de deixar intercambiáveis a sensação e a ideia, a percepção e o conceito;
- c) tem um caráter simbólico e significante;
- d) tem caráter construtivo;
- e) tem um caráter autônomo e criativo.” (SÊGA, 2000, p. 129).

Para a autora, a “teoria das representações sociais se interessaria, dessa forma, por compreender como os indivíduos, inseridos em seus respectivos grupos sociais, constroem, interpretam, configuram e representam o mundo em que vivem” (DOS SANTOS, 2011, p. 34).

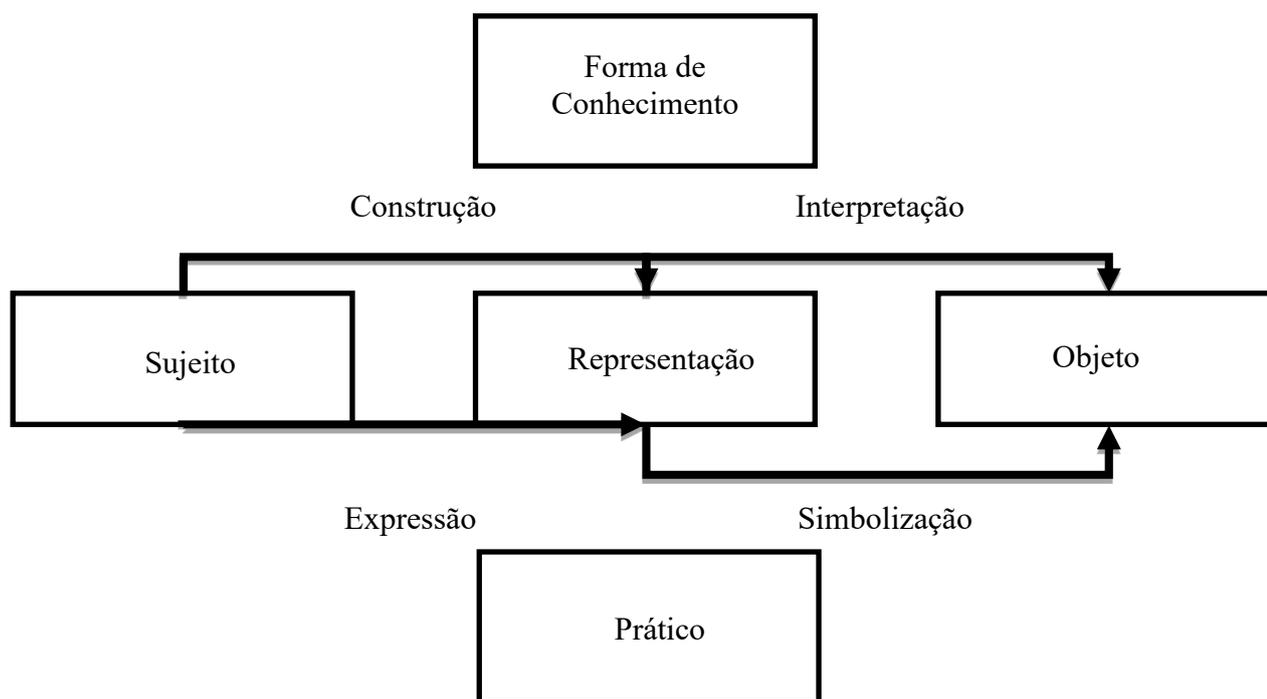


Figura 1 – O Campo de Estudos da Representação Social – Jodelet (1989). Fonte: Spik (1993, p. 301).

Segundo Spik (1993) na primeira perspectiva, as representações sociais se constituem de “conhecimento prático orientado para a compreensão do mundo e para a comunicação, no segundo eixo, elas emergem como elaborações (construções de caráter expressivo) de sujeitos sociais a respeito de objetos socialmente valorizados”. (SPIK, 1993, p. 301). Segundo Dos Santos (2011) destaca que as contribuições de Mary Jane P. Spik e Denise Jodelet. Para elas “o conceito de representações sociais diverge do conceito de representação coletiva, pois suas estruturas são dinâmicas, apreendidas no contexto das comunicações sociais, e, desta maneira, mais flexíveis e permeáveis que as representações coletivas de Durkheim”. (DOS SANTOS, 2011, p. 7).

Para Rêses (2003) as representações sociais “organizam as condutas e as comunicações sociais, (...) na assimilação de conhecimentos, no desenvolvimento individual e coletivo, na definição das identidades pessoais e sociais, na expressão dos grupos e nas transformações sociais”. (RÊSES, 2003 apud ZANATTA; COSTA, 2014, p. 4). Observa-se, portanto, a convergência de conceitos que se assemelham com Moscovici (1978).

De acordo com Castro (2011) as representações sociais permitem “um determinado grupo social compreender o mundo que o rodeia e lidar com os problemas que nele identifica. É, pois, um saber que

organiza um modo de vida e que, por isso mesmo, adquire dimensão de realidade”. (Castro, 2011, apud ZANATA; COSTA, 2014, p. 45). Dada as múltiplas definições de representações sociais aqui discutidas, observa-se que estabelecem um ponto de convergência para boa parte dos teóricos: a comunicação, o conhecimento e a coletividade para que se estabeleça o processo de representação social.

3. CARACTERIZAÇÃO DA COMUNIDADE QUILOMBOLA DE SANTO ANTÔNIO DO GUAPORÉ

Santo Antônio do Guaporé é uma comunidade remanescente de quilombos localizada no Vale do Guaporé, no Estado de Rondônia, atualmente sobreposta à Reserva Biológica do Guaporé. Trata-se de uma comunidade instalada na região há quase 130 anos, sobrevivendo de recursos naturais e de uma agricultura de subsistência, que tem na mandioca seu produto mais expressivo (TEIXEIRA et al. 2008, p. 17). A comunidade é constituída em sua maioria por negros descendentes dos antigos quilombos locais, abundantes da região durante o século XVIII e parte do século XIX.

“A presença de quilombolas às margens do Guaporé pode ser explicada a partir do processo de abandono na região pelas elites brancas. Não havendo mais necessidade de esconderem-se em áreas menos acessíveis, as populações quilombolas da região do Riozinho e do São Miguel, afluentes do Guaporé, mudaram-se para as suas margens, tornando-se visíveis e estabelecendo-se como pequenos proprietários, agricultores e extrativistas.” (TEIXEIRA et al. 2008, p. 18).

Segundo Pacheco (2016) “cerca de 14 famílias residem no território e desenvolvem 21 atividades de agricultura familiar e do extrativismo. Dessas atividades, dezenove são exclusivamente para a subsistência, com destaque para a pesca” (PACHECO, 2016, p. 33). Os moradores de comunidades tradicionais consideram-se parte da natureza da região onde habitam. “O manejo e conhecimento desses habitats permitiu aos negros de Santo Antônio do Guaporé, sobreviver em uma das regiões tropicais consideradas mais hostis pela sociedade ocidental” (TEIXEIRA et al. 2008, p. 19). Teixeira et al. (2008) descreve a constituição da comunidade quilombola de Santo Antônio do Guaporé afirmando que:

“A partir de um grupo quilombola formado por escravos foragidos que trabalhavam na construção do Real Forte Príncipe da Beira a partir de 1783, que

escaparam à destruição dos quilombos de Piolho, Joaquim Teles, Mutuca e outros, em 1795, ou ainda negros provenientes de quilombos instalados nos territórios castelhanos, situados à margem esquerda do Guaporé e que retornaram aos territórios portugueses, após a progressiva saída dos brancos da região.” (TEIXEIRA et al, 2008, p. 18).

A reserva biológica do Vale do Guaporé (Rebio do Guaporé) foi criada pelo poder público federal, por meio do Decreto nº 87.587 de 20 de setembro de 1982 (BRASIL, 1982). O Objetivo era dar prosseguimento às políticas públicas de incremento do plano de criação do sistema de unidades e conservação do Brasil. Seu plano de manejo foi elaborado em 1984 (BRASIL, 1984). Na figura 1, apresenta-se a localização geográfica da Reserva Biológica do Guaporé.

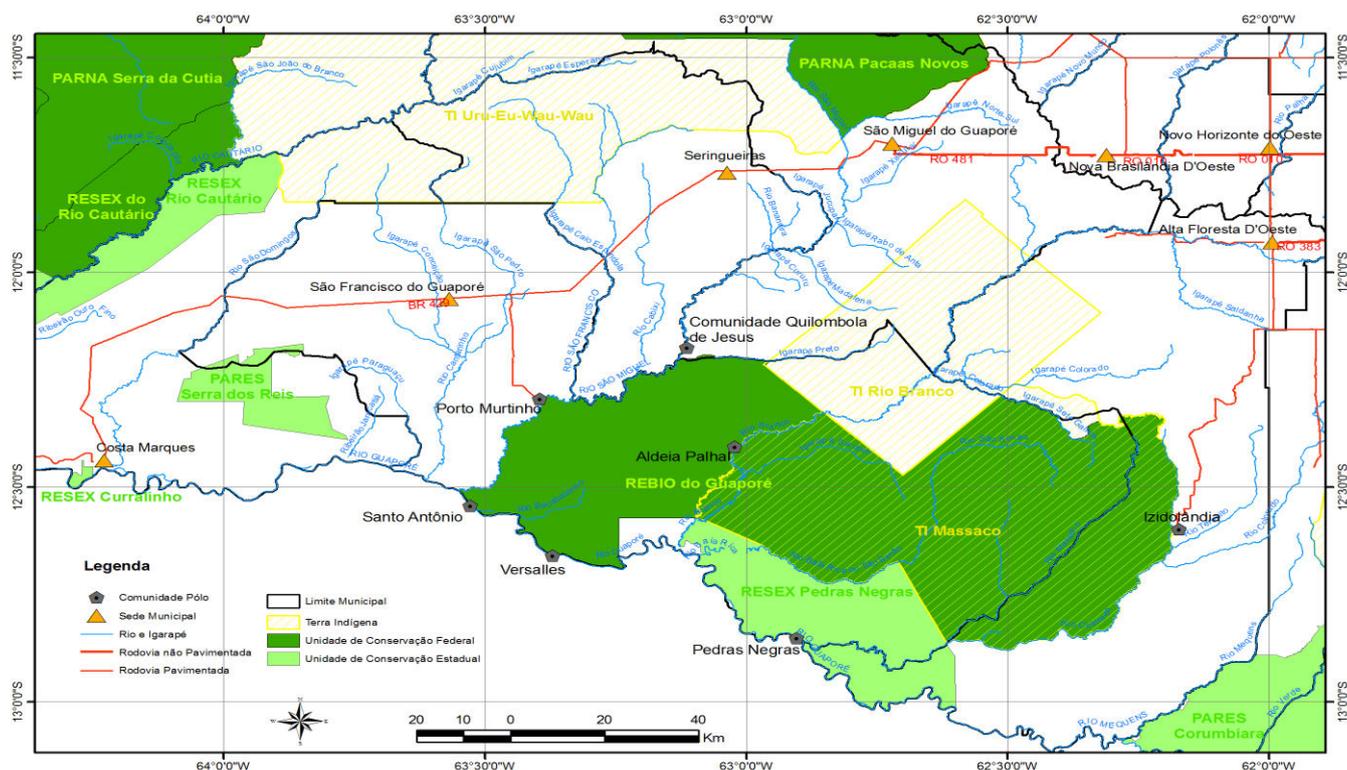


Figura 1 – Mapa de localização da reserva biológica do Vale do Guaporé e da Comunidade Tradicional de Santo Antônio. Fonte: ICMBIO, 2016.

A formação de Santo Antônio do Guaporé, enquanto comunidade de negros provenientes da escravidão e de quilombos dispersos pelo Guaporé, deu-se por meio de um espaço territorial definido.

“A territorialidade foi o elemento capaz de consolidar as tradições e tendências da sociedade étnica de Santo Antônio. O controle de um espaço delimitado pela

comunidade tornou-se, assim, o elemento chave na construção da identidade étnica local e determinou o sucesso da constituição da comunidade e sua sobrevivência até o presente. A apropriação de um território pela população, quer através dos quilombos, quer através da saída dos brancos e da redefinição de posses territoriais na região, permitiu a definição da identidade étnica local.” (TEIXEIRA et al., 2008, p. 59).

Alguns elementos são destacados por Teixeira et al. (2008) como elementos de representação social na comunidade de Santo Antônio do Guaporé, entre os quais: a diferenciação dos papéis de masculino (força, autoridade, agressividade) e do feminino (maternidade, suavidade, fecundidade e conciliação); o grupo familiar como instituição mais sólida; as transformações culturais ao longo dos anos fizeram a comunidade quilombola, transformar-se em comunidade camponesa; valores de solidariedade e reciprocidade garantem o equilíbrio e a estabilidade social entre seus membros.

Uma das celebrações religiosas mais importantes na comunidade tradicional quilombola de Santo Antônio é a festa do Divino Espírito Santo. A festa é celebrada 42 dias depois do domingo de Páscoa e tem como ponto culminante, a procissão e a coroação do imperador e da imperatriz do Divino. Segundo Teixeira et al. (2008) a festa do Divino foi celebrada em 1894 no Guaporé Rondoniense. O ritual descrito pelo autor destaca que:

“Ao aproximar-se de cada povoação, o barco do Divino anuncia sua chegada através de três salvas de Ronqueira (artefato de madeira com um cano de ferro por onde é introduzida a pólvora, semelhante aos canhões projetados por Rolim de Moura para as embarcações da rota do Madeira e Guaporé), três buzinas em chifres de bois e, ao se aproximar mais, os remeiros continuam entoando cânticos de chegada e fazem as três “meias luas” na frente do porto, reverenciando a Santíssima Trindade, antes de aportar.” (TEIXEIRA et al. 2008, p. 101).

Essas práticas reavivam uma realidade remanescente e vigente, marcada por toda a herança negra que domina a região. Esse festejo é realizado no período de seca do rio e da estiagem das chuvas, quando se inicia o roçado e o plantio. Esse período correspondia a estação de transição dos trabalhos do extrativismo para os trabalhos da roça, indicando que alguns vínculos com as celebrações dos calendários agrícolas.

4. MÉTODO

Para atender ao objetivo desse estudo, utilizou-se como eixo metodológico a pesquisa de natureza básica que “objetiva gerar conhecimentos novos, úteis para o avanço da ciência, sem explicação prática prevista. Envolve verdades e interesses universais” (MORESI, 2013, p. 8). Quanto aos objetivos, trata-se de pesquisa exploratória, que segundo Zanella (2009, p. 79) visa “ampliar o conhecimento a respeito de um determinado fenômeno [...] explora a realidade buscando maior conhecimento, para depois planejar uma pesquisa descritiva”.

No que tange a abordagem, trata-se de pesquisa qualitativa com “[...]um conjunto de práticas interpretativas que tornam o mundo “visível”, o transformam em uma série de representações na forma de observações, anotações, gravações e documentos” (SAMPIERI; COLLADO; LUCIO, 2013, p. 35). Quanto aos procedimentos técnicos, caracteriza-se como pesquisa documental, com “o exame de materiais de natureza diversa, que ainda não receberam um tratamento analítico, ou que podem ser reexaminados, buscando-se novas e/ ou interpretações complementares”. (GODOY, 1995, p. 21).

Para efeito desse estudo com objetivo de apontar os elementos de representação social para manutenção da comunidade tradicional quilombola de Santo Antônio do Guaporé, utilizou-se como fonte de pesquisa o Relatório Técnico de Identificação, Delimitação e Reconhecimento do Território Quilombola de Santo Antônio do Guaporé, elaborado pela Superintendência Regional de Rondônia (SR-17) do Instituto Nacional de Colonização e Reforma Agrária (INCRA), emitido em 06 de junho de 2008. No documento, evidenciam-se descrições sobre a cultura ribeirinha, o convívio social e lazer, a solidariedade e religiosidade comunitária, os festejos religiosos, as superstições e curandeirismo, bem como os rituais fúnebres.

Segundo o INCRA (2018) as comunidades quilombolas que se reconhecem por elementos e relações que mantêm com a terra, o parentesco, o território, a ancestralidade, as tradições e práticas culturais próprias. A partir do Decreto n. 4887 de 2003 essa autarquia, detém a competência para a concessão da titulação dos territórios quilombolas, com a adoção de uma política fundiária para esses agentes, tendo em vista a necessidade da manutenção da dignidade e preservação desses grupos étnicos.

Não se localizou pesquisas mais recentes sobre a temática em tela em livros, revistas ou sites de confiabilidade acadêmica que tratassem da temática comunidades tradicionais, representações sociais, comunidades tradicionais quilombolas no Estado de Rondônia. Na busca de enriquecimento do estudo acadêmico aqui proposto, utilizou-se como fonte de pesquisa a publicação recente do livro Povos e Comunidades Tradicionais nas Cadeias Produtivas da Sociobiodiversidade: Oportunidades Para Negócios Sustentáveis na Região Centro-Sul de Rondônia, editado em 2016, pela equipe de Conservação da Amazônia em parceria com a Universidade Federal de Rondônia, Ação Ecológica Guaporé e o Instituto Federal de Rondônia.

Desta obra, serão utilizados os dados apresentados no que tange a produção de povo e comunidade tradicional do Território Quilombola de Santo Antônio do Guaporé, baseada em recursos da biodiversidade, quanto às atividades produtivas exclusivamente de subsistência e de geração de renda, a produção de renda das atividades produtivas priorizadas, a forma de apresentação (clientes e mercados acessados) dos produtos comercializados, bem como a infraestrutura disponível para produção. Os resultados do estudo exploratório-documental serão apresentados a seguir.

5. RESULTADOS E DISCUSSÃO

Segundo BUCO, ZADRA e VANDRESEN (2013) há vários fatores a serem considerados na formação da identidade coletiva, entre os quais: gênero, geográfico, culturais, religiosos, organizativos, entre outros, e exemplifica as comunidades quilombolas que:

“Se auto definiram como quilombolas pela sua relação ancestral e suas relações sociais identificadas por todos os critérios acima citados. Assim, a manifestação destas identidades coletivas são processos históricos de luta e resistência de um grupo de pessoas que geralmente tem seus direitos negados. Caracterizando-se como uma estratégia de luta por direitos, neste caso um direito coletivo.” (BUCO; ZADRA, VANDRESEN, 2013, p. 3).

Sendo um conceito a identidade possui diferentes dimensões e envolve reivindicações essencialistas sobre quem pertence ou não a um determinado grupo identitário, que podem estar baseadas na natureza da relação às identidades étnicas, de parentesco ou versões de fatos históricos.

“Os negros de Santo Antônio do Guaporé têm a sua identidade firmada a partir de um conjunto de fatores socioambientais e etno-históricos. É essa identidade construída historicamente que os distingue dos demais grupos locais, onde muitas vezes transitam ou se inserem sem, contudo, perder o vínculo com a sua ancestralidade.” (TEIXEIRA et al. 2008, p. 9)

Ao assumir uma identidade as pessoas de um grupo passam a se auto reconhecer como iguais. Os fatores como etnia, biologia, cultura e história, impulsionam esse processo e consolidam as proximidades, permitindo a formulação de uma ideia de “nós” como iguais e “eles” como diferentes. De acordo com Teixeira et al. (2008) a comunidade quilombola de Santo Antônio do Guaporé, identifica e é identificada como tal, evidenciando as semelhanças internas do grupo. Dentre os elementos que expressam a identidade dessa comunidade estão:

1. “Sua trajetória histórica que evidencia seus vínculos com o passado escravo e quilombola da sociedade colonial guaporeana;
2. Sua ancestralidade negra ligada aos escravos aquilombados do Vale do Guaporé;
3. Seus padrões socioculturais específicos, tais como as formas de fazer e produzir, as estruturas familiares, as tradições religiosas e seus saberes ambientais, as relações com o mundo natural e as formas de manejo dos recursos naturais e seu universo mítico religioso.” (TEIXEIRA et al. 2008, p. 11).

Outro fator importante e se discutir trata-se da territorialidade para a comunidade quilombola de Santo Antônio do Guaporé. A configuração de um território depende do meio físico em que a comunidade está inserida, bem como das relações sociais e ambientais que estabelece.

“Santo Antônio do Guaporé estabelece sua territorialidade a partir das antigas práticas extrativistas, coletoras de caçadoras, agricultura, criação de animais, além do reconhecimento, uso e identificação dos espaços necessários para as mais diversas atividades do grupo social. (...). Essa prática de exploração tanto dos ambientes que compõem o território quanto dos recursos naturais nele disponíveis, evidenciam conhecimentos e práticas altamente específicas da comunidade. Portanto, além de ser o espaço necessário para a reprodução econômica das relações sociais, o território se constitui nos lócus das representações mitológicas, religiosas e mentais das sociedades que neles vivem.” (TEIXEIRA et al. 2008, p. 13).

Nas pesquisas recentes apresentadas por Alvarenga e Birrer (2016) as autoras afirmam que a região amazônica é habitat de inúmeros povos e comunidades tradicionais que consomem e comercializam produtos de recursos da biodiversidade. “Conhecidos como produtos da sociobiodiversidade, eles resultam de atividades produtivas baseadas em saberes tradicionais, essenciais para a reprodução cultural de povos indígenas, quilombolas e ribeirinhas da Amazônia” (ALVARENGA; BIRRER, 2016, p. 16). Segundo as autoras, os produtos prioritários produzidos por povos e comunidades tradicionais na região centro sul de Rondônia, entre as quais a comunidade tradicional de Santo Antônio do Guraporé, estão as atividades de coleta de castanha-do-brasil e a produção de farinha de mandioca, cultivo da banana e de mandioca e artesanatos.

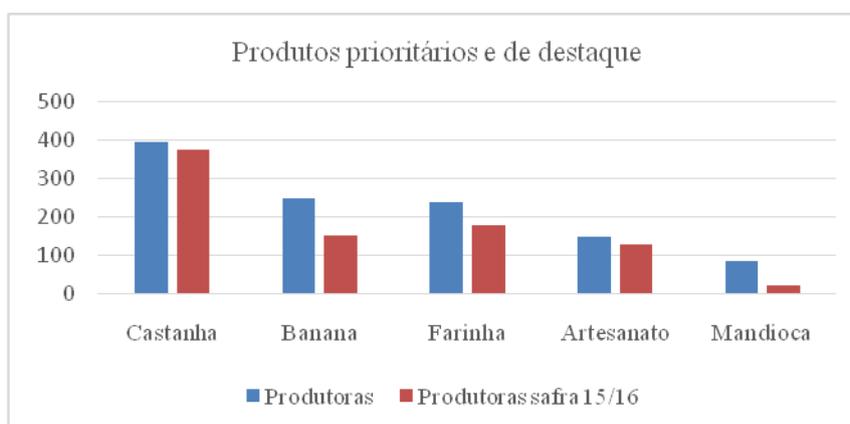


Figura 2 – Número de famílias produtoras e produtoras na safra 2015/2016 dos produtos prioritários e de destaque. Fonte: Alvarenga e Birrer, 2016, p. 21.

Observa-se que além da produção para subsistência, os produtos cultivados denotam menos impacto sobre o ecossistema e a biodiversidade. Para Diegues há uma explicação para a adoção dessas culturas tradicionais, que afirma:

“Os sistemas de manejo de recursos naturais marcados pelo respeito aos ciclos naturais, à exploração dentro da capacidade de recuperação das espécies de animais e plantas utilizadas. Esses sistemas tradicionais de manejo não são somente formas de exploração econômica dos recursos naturais, mas revelam a existência de um conjunto complexo de conhecimentos adquiridos pela tradição herdada dos mais velhos, de mitos, símbolos que levam a manutenção e ao uso sustentado dos ecossistemas naturais.” (DIEGUES, 2001, p. 84-85).

Na tabela 1, Alvarenga e Birrer (2016) apresentam as atividades produtivas da sociobiodiversidade no território quilombola de Santo Antônio do Guaporé, classificando-os quanto à finalidade de subsistência e para geração de renda. Anteriormente o extrativismo era a principal forma de produção em Santo Antônio do Guaporé e a agricultura seguia como elemento secundário. Atualmente, a agricultura é a principal base de sustentação da comunidade, uma vez que o extrativismo na REBIO do Vale do Guaporé foi inviabilizado. Segundo Abramovay (1992) o camponês representa ante de tudo um estilo de vida, “nas sociedades camponesas, a economia não existe como esfera institucional independente da vida social.” (ABRAMOVAY, 1992 apud TEIXEIRA et al. 2008, p. 109).

Finalidade	Classificação	Produtos do Extrativismo e/ou da Cultura	Produtos da Agricultura Familiar
Subsistência, exclusivamente	Frutos e sementes	-	Limão, goiaba, caju, manga, abacaxi, cupuaçu, toranja, melancia, banana, urucum
	Plantas e legumes	-	Maxixe, feijão, tomate, milho, cana, quiabo, abóbora, hortaliças
	Seivas e óleos	-	-
	Caça e pesca	Peixes	-
Geração de renda, principalmente	Frutos e sementes	-	-
	Seivas e óleos	-	-
	Plantas e legumes	-	Farinha
	Culturais	-	-
Total de Produtos		1	20

Tabela 1 – Atividades produtivas da sociobiodiversidade no Território Quilombola de Santo Antônio do Guparé. Fonte: Alvarenga e Birrer (2016, p. 33)

A pesquisa recente demonstra que a produção da farinha como produto da agricultura familiar é o produto exclusivo de produção de renda na comunidade de Santo Antônio do Guaporé. Naquela comunidade, a unidade de produção familiar obedece aos critérios de gênero e idade em que as funções masculinas são exercidas pelo homem e os filhos mais velhos.

“Essa divisão do trabalho ultrapassa os limites do grupo familiar e reforça a organização igualitária da sociedade. Nos procedimentos de formação dos roçados de mandioca, feijão ou milho, o trabalho de derrubada, queima do mato, preparo da terra compete ao homem. O plantio das sementes e das mudas é atributo feminino. A colheita é masculina, mas a limpeza do alimento é feminina.” (TEIXEIRA et al. 2008, p. 111).

De acordo com o autor, a comunidade sofreu com as restrições de casas de farinha a apenas uma em toda a comunidade por determinação do IBAMA, que “restringiu as culturas de subsistência, determinando áreas, o tamanho e os tipos de cultura” (TEIXEIRA et al. 2008, p. 106), por tratar-se de reserva biológica. As variações de cultivo nas comunidades circunvizinhas implicam em novas formas de solidariedade de troca:

“Produtos que não são cultivados por eles costuma ser apresentados pelos produtores de outras famílias que não os têm, num processo de troca onde a família agraciada oferece de presente, que podem ser outros produtos agrícolas, peixes, frutos, caça e ovos. A colheita (...) é realizada na medida das necessidades impostas pelo meio ambiente ou pelos grupos familiares.” (TEIXEIRA et al. 2008, p. 117).

As representações do real para a comunidade tradicional quilombola de Santo Antônio do Graporé, determinam as formas de relacionamento e de exploração dos recursos disponíveis, a divisão de tarefas, a territorialidade, representações e identidade. As relações dos habitantes dessa comunidade com a natureza são regidas a partir de elementos simbólicos, através dos quais são ativados os elementos visíveis da natureza, bem como os elementos invisíveis, que a controlam e protegem.

6. CONSIDERAÇÕES FINAIS

O artigo realizou o exame de marcos teóricos, leituras, análises e resultados de pesquisa para discutir contribuições das representações sociais para a manutenção da comunidade tradicional quilombola de Santo Antônio do Guaporé, para apontar os elementos de representação social para manutenção dessa comunidade, considerando fatores como territorialidade, representações sociais, identidade e conhecimento.

O território para essa comunidade é concebido e vivenciado a partir do conhecimento individual, mas sobretudo coletivo e social, e proporciona às comunidades tradicionais a manutenção, vigência e reprodução de saberes tradicionais, repassados de geração em geração, proporcionando um legado histórico, cultural e social. Outro fator importante, diz respeito à interdependência entre seus membros, para dar seguimento ao etnoconhecimento acumulado ao longo dos anos.

A comunidade tradicional quilombola de Santo Antônio do Guaporé, demonstra uma representação simbólica do território que ocupam, mantendo sua cultura e aspectos aprendidos pela ancestralidade, bem como fornecendo-lhe a subsistência e a intensificação das relações sociais entre seus membros. Por fim, há necessidade de realização e ampliação de estudos sobre essa temática, especialmente no que concerne as comunidades tradicionais no Estado de Rondônia, para identificar as questões de representações sociais, mitos, religiosidade, etnoconhecimento e aspectos culturais e sociais nessas comunidades.

REFERÊNCIAS

ALEXANDRE, M. Representação Social: uma genealogia do conceito. Revista Comum, Rio de Janeiro, RJ. v. 10, n. 23, p. 122-138, julh/dez. 2004. Disponível em: <http://www.facha.edu.br/publicações/comum/comum23/artigo7.pdf>. Acesso em: 20 jul. 2017.

ALVARENGA, Fernanda R. P; BIRRER, Stéphanie. A produção de povos e comunidades tradicionais baseada em recursos da biodiversidade: capacidades e oportunidades de fortalecimento. In: Visão estratégica da sociobiodiversidade no centro sul de Rondônia. Porto Velho: Ecam, 2016. cap. 2, p. 16-73

BÔAS, Lúcia Pintor Santiso Villas. Uma abordagem da historicidade das representações sociais. Cadernos de Pesquisa, v. 40, n. 140, p. 379-405, 2013. Disponível em: <http://publicacoes.fcc.org.br/ojs/index.php/cp/article/view/167/181>. . Acesso em: 20 de jul. 2017.

BRASIL, Decreto 4.887 que regulamenta o procedimento para identificação, reconhecimento, delimitação, demarcação e titulação das terras ocupadas por remanescentes das comunidades dos quilombos de que trata o art. 68 do Ato das Disposições Constitucionais Transitória. 2003. Disponível em: http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/decreto/2003/d4887.htm. Acesso em: 20 jul 2017.

BRASIL, Decreto 6.040 que institui a Política Nacional de Desenvolvimento Sustentável dos Povos e Comunidades Tradicionais. 2007 Disponível em: http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/_ato2007-2010/2007/decreto/d6040.htm. Acesso em: 20 de jul. 2017.

BRASIL, Decreto 87.587 que cria no Estado de Rondônia, a reserva biológica do Vale do Guaporé. 1982. Disponível em: <http://www2.camara.leg.br/legin/fed/decret/1980-1987/decreto-87587-20-setembro-1982-437911-publicacaooriginal-1-pe.html>. Acesso em: 20 jul 2017.

BRASIL, Plano de manejo da reserva biológica do Guaporé. 1984. Disponível em: http://www.icmbio.gov.br/portal/images/stories/docs-planos-de-manejo/rebio_guapore_pm.pdf. Acesso em: 20 jul. 2017

BUCO, Thalyta Forquim; ZADRA, Marcelo; VANDRESEN, José Carlos. Rede puxirão dos povos e comunidades tradicionais: Na construção da visibilidade social e na luta pelo reconhecimento dos territórios tradicionalmente ocupados. Revista Capital Científico-Eletrônica (RCCe)-ISSN 2177-4153, v. 11, n. 3, p. 143-160, 2013. Disponível em: <http://revistas.unicentro.br/index.php/capitalcientifico/article/view/1980/2120>. Acesso em: 20 de jul. 2017.

DIEGUES, Antonio Carlos Sant'Ana. O mito moderno da natureza intocada. São Paulo, Braz: Hucitec, 2001. Disponível em: <https://raizesefrutos.files.wordpress.com/2009/09/diegues-o-mito-moderno-da-natureza-intocada.pdf>. Acesso em: 20 de jul. 2017.

DOS SANTOS, Dominique Vieira Coelho. Acerca do conceito de representação. Revista de Teoria da História, v. 6, n. 2, p. 27-53, 2011. Disponível em: <https://www.revistas.ufg.br/teoria/article/view/28974/16144>. Acesso em: 20 de jul. 2017.

FAGUNDES, Beatriz. A teoria das representações sociais nos estudos ambientais. Raega-O Espaço Geográfico em Análise, v. 17, 2009. Disponível em: <http://revistas.ufpr.br/raega/article/view/12003/10671>. Acesso em: 20 de jul. 2017.

GODOY, Arilda Schmidt. Pesquisa qualitativa: tipos fundamentais. Revista de Administração de empresas, v. 35, n. 3, p. 20-29, 1995. Disponível em: <http://www.scielo.br/pdf/rae/v35n3/a04v35n3.pdf>. Acesso em: 20 jul. 2017.

GRZEBIELUKA, Douglas. Por uma tipologia das comunidades tradicionais brasileiras. Revista Geografar, v. 7, n. 1, 2012. Disponível em: <http://revistas.ufpr.br/geografar/article/view/21757/18473>. Acesso em: 20 de jul. 2017.

MENDES, Ana Beatriz Vianna; COSTA FILHO, Aderval; SANTOS, Ana Flávia Moreira. Tratados internacionais, populações tradicionais e diversidade biológica. Revista Teoria & Sociedade, 2014. Disponível em: <http://www.waporbh.ufmg.br/~revistasociedade/index.php/rts/article/view/118/95>. Acesso em: 20 de jul. 2017.

MORESI, Eduardo et al. Metodologia da pesquisa. Brasília: Universidade Católica de Brasília, v. 108, p. 8, 2003. Disponível em:

https://s3.amazonaws.com/academia.edu.documents/34168313/MetodologiaPesquisa-Moresi2003.pdf?AWSAccessKeyId=AKIAIWOWYYGZ2Y53UL3A&Expires=1535756219&Signature=M53OK8UWLBeTZtGVaHdNtgT8YFg%3D&response-content-disposition=inline%3B%20filename%3DMetodologia_da_Pesquisa_PRO-REITORIA_DE.pdf. Acesso em 01.08.2018.

SAMPIERI, R. H.; COLLADO, C. F.; LUCIO, P. B. **Metodologia da pesquisa**. Tradução de Daisy Vaz de Moraes. 5. ed. Porto Alegre: Penso, 2013, p.35.

SANTOS, Avacir Gomes dos; ALMEIDA, Maria Geralda de. ENTRE MUNDOS: as espacialidades nas e das comunidades ribeirinhas do Vale do Guaporé (Rondônia–BR). Disponível em: <http://www.observatoriogeograficoamericalatina.org.mx/egal12/Geografiasocioeconomica/Geografiadelapoblacion/18.pdf>. Acesso em: 20 de jul. 2017.

SÊGA, Rafael (2000), O Conceito de Representação Social nas obras de Denise Jodelet e Serge Moscovici, Porto Alegre, n.º13, pp. 128-133. Disponível em: <http://seer.ufrgs.br/index.php/anos90/article/view/6719/4026>. Acesso em: 20 de jul. 2017.

TEIXEIRA, Marco Antônio. Et al. Relatório técnico de identificação, delimitação e reconhecimento do território quilombola de Santo Antônio do Guaporé. Rondônia: INCRA, 2008.

ZANATTA, Jacir Alfonso; COSTA, Márcio Luis. A história e a construção do conceito de representação social. Diaphora, v. 14, n. 1, p. 40-49, 2014. Disponível em: <http://www.sprgs.org.br/diaphora/ojs/index.php/diaphora/article/view/35/35>. Acesso em: 20 de jul. 2017.

ZANELLA, Liane Carly Hermes. Metodologia de estudo e de pesquisa em administração. Florianópolis: Departamento de Ciências da Administração/UFSC, 2009, p. 79-80. Disponível em: http://200.129.241.123/arquivos/Fasciculo_Metodologia_TC.pdf. Acesso em 18 abr. 2017.